

MANUELA SILVA *

A REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO EM PORTUGAL NO PÓS ABRIL 74

— TÓPICOS PARA UM DEBATE —

1. INTRODUÇÃO

A repartição do rendimento, qualquer que seja a óptica por que é analisada, deve ler-se como a resultante de um processo complexo em que interactivam diferentes variáveis, políticas e económicas, num quadro cultural e institucional determinado, ainda que este seja susceptível de mutação a prazo, por efeito de, entre outros factores, a própria repartição do rendimento.

A esta óptica, o conhecimento de uma dada situação de repartição do rendimento e sua evolução oferece, só por si, um potencial explicativo da realidade sócio-política em análise.

Se a repartição do rendimento é uma resultante de um certo sistema sócio-económico-político, é também um vector de articulações/desarticulações, no interior do mesmo sistema, nomeadamente do nível e perfil do consumo, do padrão de especialização da produção nacional e do investimento produtivo, do nível de emprego, desemprego e produtividade e, se a economia é aberta, da posição que a economia nacional tem no exterior.

Assim sendo pode afirmar-se que o conhecimento da evolução da repartição do rendimento está, de facto, no centro do debate que constitui o objectivo deste colóquio: entender «Portugal 74-84: Dez anos de transformação social».

Embora com propósito tão ambicioso, limitarei a minha intervenção a apresentar apenas os grandes eixos da evolução

* Professora do Instituto Superior de Economia.

ocorrida e a formular os tópicos de reflexão acerca das opções a tomar quanto ao futuro.

A exposição decorrerá de acordo com o percurso seguinte.

Em primeiro lugar, centrarei a atenção sobre o modo como se processou a distribuição do rendimento entre os dois principais factores de produção, o capital e o trabalho, procurando relacionar o padrão de repartição funcional vigente com algumas condicionantes básicas do funcionamento do sistema económico de conjunto (cap. 2). Uma referência especial será feita à evolução do nível de disparidades existentes no sub-conjunto das remunerações do trabalho (cap. 3) e uma alusão, ainda que muito sumária, ao fenómeno da partilha do rendimento com o exterior (cap. 4). Não será abordada a repartição pessoal do rendimento, embora se saiba que, também dessa perspectiva, ocorreram mutações muito significativas no nível e na posição relativa dos vários estratos sócio-económicos, dos meios rural e urbano. Far-se-á apenas menção às alterações verificadas no perfil da composição do rendimento disponível dos particulares (cap. 5). No período em análise, foram adoptadas medidas de política económica de vária natureza, as quais, por seu turno, vieram a ter repercussão na distribuição do rendimento. Valerá, pois, a pena referenciar algumas dessas medidas e seus efeitos. É o que se fará no cap. 6. A concluir, procurar-se-á mostrar como o padrão de repartição do rendimento, que se tem vindo a desenhar nos últimos anos, está intimamente associado à política económica de conjunto e marca o processo e a orientação do desenvolvimento sócio-económico nacional vigente no período de referência (cap. 7).

2. A REPARTIÇÃO FUNCIONAL DO RENDIMENTO ⁽¹⁾

Em 1973, o total dos encargos com a remuneração dos trabalhadores por conta de outrem era de 49,2% do rendimento nacional desse ano, valor aliás ligeiramente abaixo dos valores médios dos três anos precedentes.

A análise da evolução daquela variável permite destacar o seu aumento pronunciado em 1974 (54,6%) e, sobretudo em 1975 (64,7%); depois, inicia-se um processo de decréscimo, primeiro moderado (63,8%, em 1976) e, a partir de 1977, mais acentuado, sendo o valor estimado para 1983 de 50,2%, já inferior a

⁽¹⁾ A análise é baseada em dados estatísticos constantes do relatório elaborado por A. Mateus para o Instituto Damião de Gois, em Outubro de 1984.

valores atingidos antes de 1974. Na série, são excepção os anos de 1980 e 1981, em que se observam ligeiros aumentos anuais do peso dos rendimentos do trabalho no total do rendimento nacional.

A decomposição da remuneração do trabalho em salários e contribuições para a segurança social mostra, por outro lado, que, descontadas estas, a queda do peso das remunerações por conta de outrém aparece ainda mais notória. Assim, enquanto em 1973 aquele valor andaria pelos 43,7%, em 1983 terá baixado para 42,3%, depois de ter atingido, em 1975 e 1976, valores da ordem dos 57%.

A alteração que se observa na evolução do peso das remunerações do trabalho no rendimento nacional no decurso da década de 70 não implicou posição inversa na evolução dos lucros. É a parcela dos encargos financeiros que, desde 1977, vem absorvendo uma parte cada vez maior do valor acrescentado (32% em 1980).

Os indicadores acima referidos mostram, pois, que estamos diante de um processo distributivo caracterizado por fortíssima absorção do rendimento gerado no sistema económico por parte dos agentes financeiros. É um sistema económico com evidentes sinais de necrose, já que, como é sabido, o sistema financeiro nacional tem revelado até agora pouquíssima capacidade de intervenção na reciclagem dos capitais que absorve e sua conversão em investimento produtivo.

Trata-se de um aspecto muito importante na caracterização do processo evolutivo da década de 1974-84, porquanto reflecte dois dos factores de asfixia a que está sujeito o sistema económico: a redução da procura interna devido aos baixos salários; a estagnação da produção nacional devido à falta de incentivo ao investimento decorrente das relativamente baixas taxas de lucro em confronto com outras modalidades de aplicação do capital, isentas de risco.

3. AS DISPARIDADES SALARIAIS

No interior do subconjunto das remunerações do trabalho, operaram-se também modificações muito significativas. No primeiro momento, é nítida a tendência no sentido do aumento do nível geral do salário e da redução das disparidades salariais, qualquer que seja o ângulo de análise adoptado ⁽²⁾.

⁽²⁾ Leitão, M. L. e Freitas, V., (1981).

Os leques de níveis salariais estreitam-se consideravelmente entre 1974 e 1978. Neste ano, recomeçam, porém, a afirmar-se os factores de diferenciação. O índice de Gini, que poderá sintetizar uma medida de desigualdade, passa de 0,316 em 1974 para 0,174 em 1978, ano em que atinge o seu valor mais baixo, evoluindo, desde então no sentido de uma maior desigualdade (0,210, em 1983). A análise da disparidade centrada apenas nos salários-base poderá induzir a erro, pois que, desde 1974, é considerável o peso das remunerações indirectas na configuração do rendimento do trabalho total. A desigualdade real é, sem dúvida, mais pronunciada do que os indicadores das disparidades dos salários de base reflectem, já que são as categorias sócio-profissionais de salários-base mais altos e os sectores de maior nível médio de salários que oferecem também remunerações indirectas mais vultuosas.

A este propósito, não deixarei de destacar que, mesmo no seio da função pública, sector por definição mais homogéneo, já pela natureza das funções que nele são desempenhadas já por ser caracterizado pela existência de um único padrão (o estado), a propensão à desigualdade afirmou-se, tanto no leque dos níveis salariais vigentes, como em diferenciação para as mesmas categorias de funcionários a trabalhar em ministérios diferentes. São igualmente consideráveis e crescentes as discriminações que decorrem de diferentes vantagens indirectas oferecidas pelos vários departamentos do estado.

Em síntese, pode dizer-se que, depois de um período relativamente curto (os dois ou três anos que se seguiram à Revolução), em que prevaleceram tendências no sentido da correcção das desigualdades inter níveis salariais, herdadas do anterior regime, assiste-se, desde 1977, a um processo que re-cria novas diferenciações (entre sectores e entre categorias sócio-profissionais).

4. A PARTILHA DO RENDIMENTO COM O EXTERIOR

A situação de endividamento face ao exterior, quer por parte do Estado Português quer por parte das empresas públicas ou privadas atingia, no final de 1983, 14,4 mil milhões de dólares (69,5% do PIB), situação que não pode ser ignorada na análise da repartição do rendimento, pelas repercussões que tem sobre a absorção do rendimento gerado na economia nacional. Devido à dívida externa acumulada, parte considerável do rendimento nacional é desviada para o exterior. A maior pene-

tração do capital estrangeiro obriga igualmente à repatriação dos lucros.

A par destas realidades, importa ter presente também o movimento de desvalorização progressiva da moeda nacional, em curso desde 1977, desvalorização essa que não se tem limitado a cobrir as diferenças de inflação em Portugal e nos principais parceiros, mas tem assumido, em alguns anos, valores superiores, dando lugar a um fluxo de rendimento suplementar em direcção aos clientes de produtos portugueses no estrangeiro e a uma repartição interna desigual que apenas beneficia o sector exportador.

5. ALTERAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO RENDIMENTO DISPONÍVEL DAS FAMÍLIAS ⁽³⁾

A composição do rendimento disponível dos particulares reflecte as alterações muito profundas que se registam no período em análise. Numa visão de conjunto, cabe destacar as seguintes características:

- i) O peso do rendimento salarial aumenta de 1973 a 1976 inclusivé (56% do total do rendimento disponível em 1976, sendo de 46,8% em 1973); a partir de então, aquela componente conhece sucessivas perdas de importância relativa até 1983, ano em que atinge apenas 40,4%. Compreende-se sem mais argumentação que os trabalhadores em geral mostrem descontentamento acerca do modo como tem evoluído a economia nacional.
- ii) O rendimento de empresa e de propriedade, excluídos os juros dos depósitos, sofre alguma flutuação nos anos de 1975 e 1976 (26,5% e 25,5%, respectivamente, quando em 1973 era cerca de 37,5%); mas, em 1977, é já manifesta a recuperação do peso relativo desta rubrica (35,2%) que, desde então, vai desacelerando, atingindo o valor mais baixo da série em 1973 (24,6%). Face a estes números, e também sem outros argumentos parece assistir aos empresários alguma razão de descontentamento sobre o rumo que tem seguido a economia. Só que, neste sub-conjunto, haverá que assinalar situações muito díspares.

⁽³⁾ A reflexão tem por base valores calculados por Mateus, A., (1984).

- iii) É frisanste o que se passa com os juros dos depósitos os quais vêm tendo peso sempre crescente no rendimento dos particulares (3,7% em 1973 e 19,4% em 1983). É uma situação que reflecte a ilusão monetária dos particulares, sabido como é que, em vários anos, as taxas de juro têm sido negativas. Mas não é sem significado, para o conjunto da economia, que quase 1/5 do rendimento dos particulares derive de uma aplicação rentista das poupanças acumuladas.
- iv) As prestações sociais conhecem aumentos consideráveis em 1975 e 1976, mas de então para cá, mantém-se quase inalterado o seu peso relativo na composição do rendimento disponível ao redor dos 12% (era de 4% em 1973). É também uma característica pesada para uma economia débil.
- v) Por último cabe destacar a ponderação que as remessas dos emigrantes continuam a ter na formação do rendimento das famílias, com um movimento, ligeira mas significativamente, decrescente a partir de 1979, ano em que atingiu o valor mais alto (12,2%). Em 1983, aquele valor andaria pelos 11%.

6. A POLÍTICA ECONÓMICA E A REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO

Os dezoito meses que se seguiram à Revolução de Abril formam um período em que ocorreram mudanças profundas na formação do rendimento. Por um lado, afirma-se o poder sindical com papel decisivo nas negociações colectivas nos vários sectores; por outro, os governos saídos da Revolução revelam forte propensão à correcção das desigualdades sociais herdadas do passado e adoptam políticas voluntaristas com impacto significativo em matéria de fixação de salários mínimos e de segurança social. Cabe recordar, em ligeiro apontamento, o seguinte:

- i) Em 1 de Maio de 1974, é fixado, pela primeira vez em Portugal, um salário mínimo nacional de 3 300\$00 mensais, o qual veio a beneficiar, segundo estimativas feitas, 49% dos trabalhadores por conta de outrem, não obstante o seu valor ser aparentemente muito modesto e seguramente aquém do que poderia definir-se como o limiar de satisfação de necessidades básicas.

- ii) Em Junho de 1975 determina-se o congelamento dos salários superiores a 12 000\$00.
- iii) As convenções colectivas vigentes são renegociadas, dando lugar não só a níveis de salários mais elevados, como também à existência de formas de remuneração indirecta e complementar do salário base até então quase desconhecidas (remuneração suplementar para trabalho nocturno ou com certas características de penosidade, subsídios de refeição, férias pagas e subsídios de Natal e de férias, etc.).

Num segundo momento, cujo marco de referência é Março de 1975, a política de repartição vai incidir sobre a propriedade dos próprios factores de produção, por meio de nacionalizações do capital dos principais grupos financeiros e unidades produtivas dos sectores estratégicos da economia nacional e através da reforma agrária que abrangeu, sobretudo, os latifúndios alentejanos.

Seria lícito esperar que transformações tão radicais dessem lugar a esquemas mais equitativos na repartição do rendimento. Contudo, os anos subsequentes vão encarregar-se de neutralizar os efeitos dessas mutações. Em 1976 e até meados de 1977, inicia-se um processo dito de reajustamento, caracterizado por sucessivas punções nos salários reais, pela via de uma inflação consentida em níveis superiores aos ajustamentos feitos nos salários nominais. Apenas os sectores e categorias profissionais de maior capacidade reivindicativa e negocial conseguem minimizar a erosão do poder aquisitivo dos seus respectivos salários de base, iniciando um processo de reforço das desigualdades salariais, como já foi referido.

Como meio de vir ao encontro das dificuldades criadas pela redução do salário real, adoptam-se medidas complementares, nomeadamente em matéria de preços e subsídios de bens essenciais (cabaz de compras), e melhoram-se os esquemas de segurança social. Está-se em 1976 e 1977 e ainda se faziam sentir os efeitos sócio-políticos da Revolução de Abril (*).

Era igualmente verdade que o sistema económico nacional conhecia um aprofundamento considerável dos respectivos facto-

(*) É de 1976 um projecto de criação de um Conselho Nacional de rendimentos e preços, com participação dos representantes das organizações de trabalhadores e patronais. Como se sabe, o Conselho só foi instituído em 1977 e teve vida precária.

res de desregulação e sofria ainda o impacto de uma crise internacional mal digerida.

De então para cá, pode dizer-se que se torna «difícil falar de uma verdadeira política de rendimentos». Esta afirmação escrita já em 1984, consta do relatório que o Departamento Central de Planeamento elaborou sobre a evolução da situação económica no período de 1977 a 1982. Com efeito, objectivos como a redução da desigualdade na repartição do rendimento e a erradicação da pobreza não figuram explicitamente na política económica e, enquanto efeitos deduzidos das políticas efectivamente seguidas, têm sido um objectivo sempre subordinado à correcção do desequilíbrio externo e, mais raramente, à contenção da inflação. É essa a leitura que se pode fazer das medidas adoptadas em 1977 e 1978 quando da imposição de tectos salariais declaradamente abaixo do nível de inflação, a obrigatoriedade de prolongamento da vigência das Convenções Colectivas e outras medidas tendentes a deixar a inflação agir como meio de corrosão dos rendimentos salariais reais.

Tão pouco as medidas de política fiscal e de segurança social têm revelado uma preocupação clara de correcção de desigualdades ou garantia de rendimento a nível do mínimo de subsistência. Sobretudo, de 1982 em diante, assiste-se ao agravamento da extensão e intensidade do fenómeno da pobreza. Embora com carácter estrutural, como em outro lugar demonstrei (Silva, M., 1982 e 1984), a partir de 1982, a pobreza assume maior acuidade e reveste novas características. A nova pobreza decorre em especial do desemprego, do baixo nível dos salários mínimos e das pensões em termos reais e dos atrasos no pagamento dos salários.

Em resultado da política global seguida, que encontra na inflação e na recessão económica a espada de dois gumes da reconquista da desvalorização da força de trabalho, os trabalhadores encontram-se hoje com níveis salariais reais idênticos e em algumas categorias inferiores aos de 1973, depois de terem conhecido melhorias significativas nos dois anos que se seguiram à revolução. Desde 1977, tem-se assistido à redução sistemática do salário real médio em todos os sectores de actividade. A situação é particularmente notória no sector da agricultura em que os salários médios reais de 1977 a 1983 têm evoluído negativamente, todos os anos. Em análoga situação relativa se encontra a função pública que tem experimentado reduções sistemáticas do salário real muito fortes também desde 1977, com excepção do ano de 1980.

Como pode ver-se no quadro seguinte, as remunerações médias anuais têm sofrido, desde 1980, sucessivas quebras, em termos reais, em todos os sectores de actividade.

	1980	1982	1983
Agricultura	-3,0	-0,4	-6,8
Indústria Transfor.	0,0	-2,2	-5,6
Construção	3,8	-2,9	-3,5
Sector Público	-2,9	-5,6	-5,0

(Fonte: Banco de Portugal, *Relatório* — 1983)

Para esta situação tem concorrido o facto de a fixação dos salários mínimos não ter acompanhado a inflação e ter persistido uma política deliberada de inércia na revisão das convenções colectivas.

Neste contexto, não deve ser silenciado o que ocorreu com a evolução dos salários mínimos, cujo valor se vem degradando em termos reais, a tal ponto que, em 1982, o salário mínimo real era apenas 92% do correspondente valor em 1977. A esta situação acresce o facto de ser bastante generalizada a fuga ao cumprimento do salário mínimo. De acordo com um estudo baseado na análise de uma amostra, em cerca de 23% do total das convenções colectivas aplicadas aos trabalhadores por conta de outrem da actividade não agrícola, em 1982, não era sequer consagrado o salário mínimo em vigor desde Outubro de 1981. Mesmo os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho publicados durante o 1.º semestre de 1982, em cerca de 12% de casos registaram fugas ao cumprimento do salário mínimo estipulado.

Dada a relação que possa existir entre salário mínimo e a estrutura geral dos salários, ter-se-á que concluir que se deu (está a dar) uma acentuada depredação do rendimento real dos trabalhadores da indústria e dos serviços, nomeadamente nas categorias profissionais menos qualificadas, conclusão que os dados estatísticos, aliás, amplamente confirmam. Paralelamente assiste-se ao reforço da desigualdade intersalarial, já que a perda de poder de compra do salário médio não foi tão acentuada como aquela que se verificou nos salários mínimos.

Em síntese, dir-se-á que decorridos 10 anos sobre a Revolução de Abril, se reconstitui uma reserva de mão-de-obra, sub-proletarizada, com um nível de subsistência precário e sobre quem pesa a ameaça do desemprego.

7. REPARTIÇÃO E MODELO DE DESENVOLVIMENTO: TÓPICOS PARA REFLEXÃO

A análise do percurso seguido pela repartição do rendimento nos últimos dez anos é bem ilustrativa da estreita articulação que sempre existe entre o poder político e a apropriação do rendimento. Como a tendência que se tem observado é manifestamente no sentido do reforço das desigualdades e da concentração, com perda sucessiva de peso relativo das remunerações do trabalho no conjunto do rendimento, redução dos rendimentos reais de várias categorias sócio-profissionais, proeminência de fenómenos de rentismo, alastramento da economia paralela, pode perguntar-se se não está a atingir-se (ou já se atingiu) o limiar de compatibilização possível entre repartição e sistema político democrático.

Na esfera económica, as implicações do padrão actual de distribuição do rendimento são também de vária ordem e passam, nomeadamente, pelo círculo do consumo e da acumulação, pela especialização da produção nacional, pelo posicionamento externo da economia nacional.

A economia portuguesa sofre hoje de vários estrangulamentos a que não é alheio o padrão de repartição do rendimento vigente. Por um lado, os baixos níveis de rendimento salarial ou de pensões de reforma, que constituem a parte principal do rendimento da maioria das famílias, bloqueiam o consumo de massa e desincentivam a produção nacional para o mercado interno. Por outro, as poupanças formadas dirigem-se não para aplicações em investimento produtivo mas para aplicações rentistas ou para acções especulativas, onde a reciclagem do capital é rápida e o risco nulo ou reduzido. Até quando poderá persistir tal fenómeno sem ruptura do aparelho produtivo nacional?

A especialização do sistema produtivo nacional sofre, naturalmente, os efeitos conjungados da inércia geral do investimento e da assimetria que preside à sua orientação (posição de destaque para o sector exportador onde se tem vindo a obter melhores lucros). Não se descortinam sinais de alteração estrutural num sistema produtivo ineficiente e desarticulado, que a exigia. Daqui decorrem efeitos para o nível de emprego e produtividade e, indirectamente, para a formação e apropriação do rendimento. Analogamente, por não se resolverem os desequilíbrios estruturais de oferta e procura interna, reforçam-se os desequilíbrios externos com consequentes efeitos no endividamento e nos pesados encargos com a dívida externa, passos para um outro círculo vicioso — o da punção externa sobre o

rendimento nacional, com a conseqüente diminuição do rendimento disponível.

Por seu turno, quer os sucessivos défices das contas externas quer o elevado nível da dívida externa já alcançado têm forçado o recurso às chamadas políticas de austeridade, em nome das quais se pretende justificar a contenção dos salários e dos gastos públicos, o encarecimento e os limites ao crédito, a desvalorização cambial. Até quando vai ser possível insistir neste tipo de medidas?

Não se vê outro caminho para romper com estes vários círculos de ferro em que a economia nacional se vê hoje espartilhada sem uma política voluntarista que vise um novo modelo de desenvolvimento assente na utilização eficiente dos recursos nacionais nomeadamente recursos humanos, e em paralelo na orientação dos padrões de consumo e de investimento.

Neste contexto, a repartição do rendimento assume um papel chave. Assim sendo, a política de rendimentos não pode continuar, como tem sucedido nos últimos anos, a ser uma mera política derivada, a reboque e ao serviço das políticas ditas de estabilização. Os efeitos dessa orientação estão à vista. Que se aproveitem, ao menos, as lições da experiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Leitão, M. L. e Freitas, V. (1981), *Análise das disparidades salariais no pós 25 de Abril*, IED.
- Mateus, A. (1984), *Relatório sobre «Repartição e modelo de consumo»*, IDG.
- Silva, M. (1982), «Crescimento económico e pobreza em Portugal 1950-74», *Análise Social*, vol. XVIII, 72, 73 e 74.
- Silva, M. (1984), «Uma estimativa da pobreza em Portugal», *Cadernos de Ciências Sociais*, 1.
- Banco de Portugal, *Relatórios*.